




Escola da Terra no município de São Sebastião do Uatumã/AM: desafios na pandemia de Covid-19

 Gabriel Rodrigues do Nascimento¹,  Érica de Souza e Souza²,  Heloisa da Silva Borges³,

^{1, 2, 3} Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Avenida General Rodrigo Octávio Jordão Ramos nº 3.000, Coroado I, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Setor Norte, Pavilhão Rio Uatumã. Manaus - AM. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: gabriel.nascimento@semed.manaus.am.gov.br

RESUMO. Este artigo aborda a experiência do curso de aperfeiçoamento em “Educação do Campo: práticas pedagógicas” desenvolvido no âmbito do Programa Escola da Terra (Pronacampo), trabalhado pela Universidade Federal do Amazonas no município de São Sebastião do Uatumã/AM. O objetivo da pesquisa é investigar as trajetórias adotadas, durante as atividades do curso de aperfeiçoamento, pelos professores formadores e professores cursistas e apresentar os resultados alcançados. Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica e de campo, cujas discussões pautaram-se no contexto do campo amazônico, práticas pedagógicas dos professores/as formadores/as e produções acadêmicas dos/as professores/as cursistas – destacando as condições dadas pela pandemia de Covid-19 à rede de educação básica do referido município e à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) na oferta de formação contínua aos professores/as do campo. Mesmo com os retrocessos das políticas educacionais no âmbito nacional, destacamos o Programa Escola da Terra na formação dos professores/as do campo do estado do Amazonas, e mais especificamente de São Sebastião do Uatumã, como fundamentais na construção da práxis contra hegemônica do educador/a do campo na Amazônia brasileira.

Palavras-chave: educação do campo, escola da terra, formação contínua, covid-19.

Escola da Terra in the municipality of São Sebastião do Uatumã/AM: challenges in the Covid-19 pandemic

ABSTRACT. This article approaches the experience of the improvement course in “Education of the field: pedagogical practices” developed within the scope of the School of the Earth Program (Pronacampo) worked by the Federal University of Amazonas in the municipality of São Sebastião of Uatumã/AM. The objective of the research is to investigate the trajectories adopted, during the activities of the improvement course, by the trainers and course teachers and present the results achieved. The methodological procedures involved bibliographic and field research, whose discussions were based on the context of the Amazonian field, pedagogical practices of the teachers and the academic productions of the teachers of the course - highlighting the conditions given by the covid-19 pandemic to the basic education network of that municipality and to the Federal University of Amazonas (UFAM) in offering continuous training to rural teachers. Even with the setbacks of educational policies at the national level, we highlight the School of the Earth Program in the training of rural teachers in the state of Amazonas, and more specifically in São Sebastião of Uatumã as fundamental in the construction of the counter-hegemonic praxis of the rural educator in the Brazilian Amazon.

Keywords: rural education, school of the earth, continuous training, covid-19.

Escola da Terra en el municipio de São Sebastião do Uatumã/AM: desafios en la pandemia de Covid-19

RESUMEN. Este artículo aborda la experiencia del curso de perfeccionamiento en “Educación del Campo: prácticas pedagógicas desarrollado en el ámbito del Programa Escola de la Terra (Pronacampo), trabajado por la Universidad Federal de Amazonas en el municipio de San Sebastián del Uatumã/AM. El objetivo de la investigación es investigar las trayectorias adoptadas, durante las actividades del curso de perfeccionamiento, y por los formadores y profesores del curso y presentar los resultados alcanzados. Los procedimientos metodológicos involucran investigaciones bibliográficas y de campo, cuyas discusiones se basaron en el contexto del campo amazónico, las prácticas pedagógicas de los docentes y las producciones académicas de los docentes del curso - destacando las condiciones dadas por la pandemia de covid-19 a la red de educación básica de ese municipio y a la Universidad Federal de Amazonas (UFAM) en ofrecer formación continua a maestros rurales. Mismo con los reveses de las políticas educativas a nivel nacional, destacamos el Programa Escuela de la Tierra en la formación de maestros rurales en el estado de Amazonas, y más específicamente en San Sebastián del Uatumã, como fundamental en la construcción de la praxis contra hegemónica del educador rural en la Amazonía brasileña.

Palabras clave: educación rural, escuela de la tierra, formación continua, covid-19.

Introdução

A formação de professores/as que atuaram nas escolas do campo estava inserida na disputa de variados modelos de desenvolvimento econômico do campo, onde o agronegócio em latifúndios, com a desmobilização do campesinato brasileiro, é o hegemônico. O paradigma capitalista implica numa estrutura produtiva e social que pressiona os povos que vivem no campo brasileiro, acentuando as contradições econômicas e a degradação ambiental.

Contraopondo-se a essa lógica predatória, os movimentos sociais do campo se organizaram, buscando do poder público políticas públicas para a melhoria das suas condições de vida, superando realidades excludentes – necessárias na manutenção do controle pela classe dominante. Lutaram por um modelo de escola pública, democrática, de qualidade e socialmente referenciada que dialogasse com a comunidade ao redor, conciliando práticas agrícolas sustentáveis com a conservação do meio ambiente. Dessa forma, “a concepção e a política de formação de professores do campo vão se construindo na conformação da educação do campo” (Arroyo, 2012, p. 361).

Nessa conjuntura, as políticas públicas e programas de formação de professores/as de escolas do campo, desenvolvidos pelo governo federal, foram conquistas dos movimentos sociais do campo no âmbito nacional, com intensa participação do Fórum Nacional de Educação do Campo (Borges & Souza, 2021; Santos, Estevam & Macedo, 2021). Destaca-se o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) criado pelo Decreto nº 7.352/2010, e instituído por meio da Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013 (Borges & Souza, 2021).

Art. 1º - Fica instituído o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, que consiste em um conjunto articulado de ações de apoio aos sistemas de ensino para a implementação da política de educação do campo, conforme disposto no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.

Parágrafo único - A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os estados, os municípios e o Distrito Federal, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (Brasil, 2013a).

O Pronacampo se estrutura em quatro eixos: I EIXO: Gestão e Práticas Pedagógicas; II EIXO: Formação Inicial e Continuada de Professores; III EIXO: Educação de Jovens e

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 7	e13836	10.20873/uft.rbec.e13836	2022	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	--------------------------	------	-----------------



Adultos e Educação Profissional; IV EIXO: Infraestrutura Física e Tecnológica. Sendo uma política pública que contemplou a formação de professores/as que atuaram em escolas quilombolas e do campo, em 02 de julho de 2013, foi instituído o Programa Escola da Terra no âmbito nacional, pelo Ministério da Educação, através da Portaria nº 579/2013 como uma das ações do Pronacampo.

O Programa Escola da Terra tem como objetivos: I- promover a formação continuada de professores para que entendessem as necessidades específicas de funcionamento das escolas do campo e daquelas localizadas em comunidades quilombolas; e II- oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades formativas das populações do campo e quilombola (Brasil, 2013b).

Trabalhando a formação contínua dos professores/as do campo, o Programa Escola da Terra visa, em nível de aperfeiçoamento e especialização em Educação do Campo e quilombola, as propostas pedagógicas por áreas de conhecimento e projetos temáticos. Desse modo, pretendeu-se fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas às escolas das comunidades atendidas, contribuindo com a elevação do desempenho escolar dos/as estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental nas escolas do campo com turmas multisseriadas (Brasil, 2013b). Isso se justificou porque as escolas do campo tinham a necessidade da construção de um olhar próprio acerca da educação pensada, sobretudo para as escolas multisseriadas, sobre a formação de professores/as, suas práticas pedagógicas e currículo que precisavam dialogar com a realidade camponesa, considerando seus diferentes modos de vida, organização social, organização do trabalho e condições socioeconômicas, história, identidade e cultura (Antunes-Rocha & Hage, 2010).

Hage, Silva e Freitas (2021) enfatizaram que o Programa Escola da Terra, ao assumir os princípios da Educação do Campo como eixos estruturantes do processo formativo, reconheceu a diversidade de territórios e territorialidades do campo brasileiro. O plano foi efetivado por coletivos que foram se constituindo sob a coordenação das universidades públicas, em parceria com a coordenação de educação do campo da secretaria estadual e das secretarias municipais de educação que aderiram ao Programa por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR).

No estado do Amazonas, o Programa Escola da Terra ocorreu a partir de 2014, com o curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo: Práticas Pedagógicas da Faced/UFAM, realizado em convênio com UFAM/FNDE/MEC, e em parceria com a Secretaria de Educação

do Estado do Amazonas (SEDUC) e as secretarias municipais de educação do Amazonas, tendo como objetivo geral:

Contribuir na formação contínua de profissionais da educação que atuam nas escolas do campo dos municípios do Estado do Amazonas, nas séries iniciais do Ensino Fundamental e nos movimentos sociais na área de educação, fundamentando teorias e metodologias em práticas pedagógicas capazes de proporcionar o desenvolvimento de estratégias e de recursos educativos que facilitem a integração do saber tradicional ao saber científico (Borges & Mourão, 2016, p. 5).

O curso encontrou-se ancorado nos princípios legais e conceituais da Educação do Campo e foi desenvolvido através da metodologia da Pedagogia da Alternância por meio dos tempos formativos conhecidos como: Tempo Universidade – que corresponderam aos encontros presenciais com aulas teóricas – e Tempo Comunidade, em que os professores/as realizaram suas atividades de pesquisa, registros das atividades na escola e comunidade. A formação possuiu dois eixos articuladores: “Trabalho e Educação do/no Campo” e “Escola do Campo e sua práxis”. Cada um com três eixos temáticos – também chamados de módulos – os quais foram trabalhados nos tempos Universidade e Comunidade (Borges & Mourão, 2016).

Partindo desse pressuposto, este artigo abordará o curso de aperfeiçoamento em “Educação do Campo: práticas pedagógicas” desenvolvido no âmbito do Programa Escola da Terra no município de São Sebastião do Uatumã/AM, referente à edição 2020/2021, realizado entre agosto a dezembro de 2021, obedecendo aos protocolos de biossegurança em virtude da pandemia de covid-19, causada pelo novo coronavírus *SARS-CoV-2* e suas variantes. O objetivo da pesquisa é investigar as trajetórias adotadas durante as atividades do curso de aperfeiçoamento, pelos professores formadores e professores cursistas, e apresentar os resultados alcançados.

As atividades foram pautadas no contexto local, práticas e atividades formativas de professores/as formadores/as e da produção dos/as professores/as cursistas – destacando os desafios da conjuntura pandêmica à rede de ensino do município amazonense e da UFAM, na oferta desse curso de formação contínua.

Trata-se de um estudo que envolveu a pesquisa bibliográfica ancorada nos estudos de Antunes-Rocha e Hage (2010), Caldart e Molina (2011), Borges e Mourão (2016), Arroyo (2007, 2012), Arroyo, Hage, Silva e Freitas (2021); entre outros autores, bem como a pesquisa de campo sobre a experiência vivenciada no município de São Sebastião do Uatumã.

O artigo encontra-se estruturado e organizado em quatro tópicos, além desta parte introdutória. No primeiro, apresentamos o contexto do município de São Sebastião do

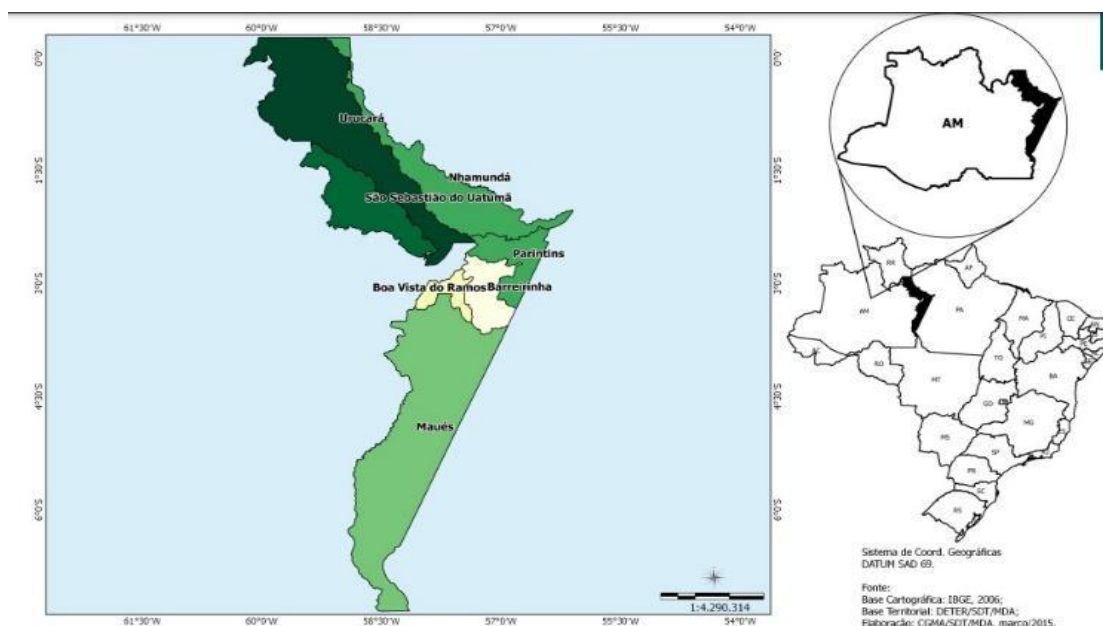
Uatumã/AM; no segundo, evidenciamos as relações entre os municípios e a UFAM, durante o Escola da Terra; no terceiro, descrevemos as práticas pedagógicas dos professores formadores e finalmente no último tópico, destacamos as produções acadêmicas dos/as professores/as-cursistas durante a realização do curso.

Por fim, tecemos considerações sobre as questões abordadas no artigo, reafirmando a importância da formação contínua de professores/as dialogando com os princípios da Educação do Campo, com o trabalho, a agricultura familiar, a agroecologia, a cultura e a realidade camponesa. Refletindo, assim, que “o Programa Escola da Terra necessita ser cada vez mais debatido e aprofundado no âmbito das políticas públicas de educação do campo” (Santos, Estevam & Macedo, 2021, p. 296).

O município de São Sebastião do Uatumã/AM

De acordo com Brasil (2010), o Território da Cidadania Baixo Amazonas – AM está localizado na região Norte e é composto por 7 municípios: Barreirinha, Boa vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Uruará (Figura 1). Ocupa uma área de 107.030,63 km² e comporta uma população de 242.680 habitantes, assim distribuído: 138.490 na zona urbana e 104.190 na zona rural. Conta com 4.058 famílias assentadas, 9.131 estabelecimentos da agricultura familiar e 34.764 pessoas ocupadas na agricultura familiar.

Figura 1 - Mapa Território da Cidadania Baixo Amazonas - AM.



Fonte: IBGE, 2006.

O município de São Sebastião do Uatumã se encontra ao leste do estado do Amazonas (mesorregião do Centro Amazonense e microrregião de Parintins), possuindo uma área territorial de 10.647,463 Km² e uma população total estimada em 14.678 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). Em 10 de dezembro 1981, pela Emenda Constitucional nº 12, São Sebastião do Uatumã e territórios adjacentes da margem esquerda do rio Uatumã são desmembrados do município de Urucará e passam a constituir um município autônomo (incorporando o distrito de Santana, em 2015).

Consideramos essa cidade como um território camponês amazônico, “lugar ou lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência” (Fernandes, 2012, p. 746). Assim, como em toda Amazônia, vivem nesse município camponeses em sua diversidade: pequenos agricultores, pescadores, ribeirinhos, extrativistas, e demais sujeitos que trabalham e vivem no/do campo na região, cujos processos de formação se dão pelo trabalho, pela produção de cultura e lutas sociais (Caldart, 2008).

O deslocamento dos/as professores/as formadores/as, até a cidade de São Sebastião do Uatumã, se deu através de acesso terrestre (Rodovia AM-363, Manaus-Itapiranga) e fluvial (barco de transporte de cargas e passageiros, Itapiranga-São Sebastião do Uatumã). Um ponto que precisa ser mencionado é o deslocamento dos professores das escolas do campo, que, em grande maioria, aconteceu por meio fluvial até a sede do município (Figura 2).

Figura 2 - barco de Linha e rios de acesso à cidade.



Fonte: Nascimento, 2021.

Reforçamos a questão de que “a organização socioespacial, os aspectos geográficos existentes, e a dinâmica das águas, observada na região Amazônica de certo modo são fatores que podem justificar as relações sejam sociais, econômicas, políticas e até mesmo cultural, existentes entre o homem amazônico e os barcos regionais” (Soares, 2017, p. 3).

Através do transporte fluvial, a cidade recebeu tanto o fluxo de passageiros das principais cidades do estado como das mercadorias que abastecem o setor de serviços local – assim, como a produção agrícola das comunidades e vilas da área rural do município, junto com seus moradores. O período de formação dos professores do campo se deu na última semana do mês, por ser o período do pagamento do salário dos servidores públicos da cidade, e todos se deslocaram à sede do município para pagamento de contas, compra de alimentos e demais produtos para levar às suas comunidades.

O regime de cheia e vazante dos rios; a disponibilidade de lanchas rápidas para o transporte, apenas, de passageiros e sua bagagem; e o aumento da potência das máquinas das embarcações influenciou diretamente no tempo da viagem dos educadores. Um professor que ministrava aula na Vila do Abacate – comunidade com a escola do campo considerada mais distante da sede do município –, relatou que seu tempo de viagem era de 8 a 10 horas de barco até São Sebastião do Uatumã.

As relações entre os municípios e UFAM, durante a Escola da Terra

A pandemia da covid-19 suspendeu as atividades da Universidade Federal do Amazonas no formato presencial a partir de março de 2020. Em maio de 2021, tivemos reunião *on-line* pelo *Google Meet*, com a coordenação do projeto na UFAM, representantes da SEDUC/AM e professores/formadores para discutir o Escola da Terra - Projeto do Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo Práticas Pedagógicas. As pautas foram: 1) informes gerais; 2) apresentação do planejamento das atividades dos meses de maio, junho e julho.

Em julho, organizamos o “Encontro Virtual de Abertura” das atividades do Escola da Terra e as retomadas das ações, com a comunidade acadêmica convidada a prestigiar os debatedores. As cidades que retomaram as atividades foram: Iranduba, Manicoré, Humaitá, Presidente Figueiredo, São Sebastião do Uatumã e Itacoatiara.

O avanço da vacinação no estado do Amazonas criou condições para realizar o Curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra na modalidade presencial a partir de agosto de 2021. Diante desse cenário, houve planejamento de gastos com passagens e diárias, tempo de deslocamento e permanência nos locais dos professores formadores até os municípios. Essa logística foi observada pelo foco da geografia da região amazônica, o binômio custo x deslocamento e o quantitativo de professores/as-formadores/as qualificados que a UFAM dispõe para ministrar os cursos no interior do estado.

A contrapartida acordada entre o poder público municipal e a Universidade Federal do Amazonas se deu através do apoio na acomodação, alimentação e local das formações. A cidade de São Sebastião do Uatumã conta com um Núcleo de Ensino Superior da Universidade do Estado do Amazonas, onde utilizamos o seu auditório para as atividades formativas do curso (Figura 3).

Figura 3 - Núcleo de Estudos Superiores da UEA – São Sebastião do Uatumã.



Fonte: UEA, 2021.

O Curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra da UFAM foi realizado em regime de alternância. Os tempos de alternância são tempos formativos, educativos e sincronizadores de aprendizagens (Piatti & Oliveira, 2019).

A dinâmica das formações baseia-se no Projeto Escola da Terra, o qual está estruturado na Pedagogia da Alternância, revezando-se os ciclos de estudo e pesquisa-ação, divididos em duas iniciativas. A primeira é o momento de os professores cursistas participarem dos Tempos Universidade, é o momento em que os professores, em formação, têm aulas teóricas e participam dos aprendizados das várias áreas dos conhecimentos: pedagogia, didática, psicologia, filosófica e da conjuntura agrária, além da discussão do mundo do trabalho no campo por meio de material teórico que lhes fornece base sobre a concepção de Educação do Campo, através de círculos de diálogos sobre os conceitos e as experiências trazidos das escolas multisseriadas com o objetivo de auto-organização para realizar tarefas que garantam o funcionamento das atividades, participação de discussões com a coordenação do projeto sobre o planejamento do processo das atividades modulares dos eixos temáticos. A segunda engloba os Tempos Comunidades, em que professores se dedicam a pesquisas em suas devidas comunidades, estabelecendo a relação com as teorias estudadas e contextualizando-as em seu universo. É neste processo que são feitos os relatos da interação com as turmas acerca das observações, das experiências e das práticas desenvolvidas em sala de aula e em outros ambientes (Mourão, Costa & Pimenta, 2020, p. 70-71).

Assim, nessa edição, realizamos 12 encontros presenciais de 10 horas cada, totalizando 100 horas do Tempo Universidade, que permitiu o desenvolvimento dos eixos formativos;

realização dos estudos teóricos, debates, rodas de conversas, oficinas; bem como a aproximação dos/as formadores/as com 30 (trinta) cursistas de escolas do campo do município de São Sebastião do Uatumã. No que se refere ao Tempo Comunidade, esse teve a duração de 10 horas aproximadamente por eixo de formação, constituindo-se em um espaço/tempo para a realização de atividades de pesquisa; de registro de experiências; de práticas que permitiram a troca de conhecimento em vários aspectos. A seguir informamos, na Tabela 1, o calendário de encontros presenciais e suas datas respectivas:

Tabela 1 - Encontros, carga horária e datas.

Data	Atividade Formativa no Município
30, 31/08 e 01/09/2021	Seminário de abertura e 1° / 2° Eixos temáticos
30/09 e 01/10/2021	3° Eixo temático
27, 28 e 29/10/2021	Seminário integrador e 4° Eixo temático
29 e 30/11/2021	5° Eixo temático
16 e 17/12/2021	6° Eixo temático e Seminário integrador

Fonte: Calendário do Escola da Terra/UFAM, 2021.

A metodologia utilizada no desenvolvimento do curso foi efetuada mediante as seguintes ações: reunião com os/as tutores/as; seminários integradores; apresentação do plano de trabalho; místicas; aulas expositivas; leituras individuais e coletivas dos textos propostos com fundamentação para discussões em grupos em sala de aula; exposição dos grupos na sala de aula; rodas de conversa; oficina para a elaboração do plano de trabalho da pesquisa do tempo comunidade dos professores cursistas; elaboração de trabalhos escritos no Tempo Universidade e no Tempo Comunidade; socialização do Tempo Universidade; visitas pedagógicas às escolas; avaliação e encerramento dos eixos articuladores.

Práticas pedagógicas dos professores/as formadores/as

As atividades formativas ocorreram entre agosto e dezembro de 2021, com o Seminário de Abertura das ações do Curso de Aperfeiçoamento da Escola da Terra, coordenado pelas professoras-tutoras da cidade (Figura 4). Após isso, a formação se iniciou com a apresentação dialógica do plano de ensino, aprovado pelos/as professores/as cursistas, entrega dos livros e leitura coletiva dos textos. Ainda realizamos o diagnóstico da situação dos/as professores/as, com aplicação de questionários, o que permitiu conhecer o perfil desses profissionais.

Figura 4 - Seminário de Abertura e estudo coletivo dos textos.



Fonte: Nascimento, 2021.

No I Eixo Articulador “Trabalho e Educação do/no Campo”, organizado em 3 eixos temáticos: “Agricultura Familiar, Agroecologia e alfabetização Ecológica”; “Desenvolvimento Sustentável e Fundamentos da Economia Solidária” e “Cultura, Trabalho, Educação, Subjetividade e Identidade no Campo”. Trabalhamos as atividades formativas de professores/as pautando a discussão e o debate sobre o Trabalho e Educação do Campo no contexto amazônico a partir da compreensão da história da evolução dos sistemas agrícolas e da história das populações tradicionais na Amazônia. O estudo se estendeu à agricultura familiar no contexto agroecológico; ao conceito introdutório sobre sustentabilidade; ao desenvolvimento sustentável; dos pressupostos e aos princípios da economia solidária; à autogestão e às experiências de geração e renda no campo. Também, o caráter sócio histórico dos conceitos de cultura, trabalho, subjetividade e identidade individuais e coletivas do homem/mulher do campo amazônico; bem como os movimentos sociais e o processo de identificação presente nas ações humanas no campo foram observados.

Esse I Eixo Articulador foi trabalhado compreendendo a educação da classe trabalhadora camponesa, com o trabalho como princípio educativo numa categoria fundante, que precisa romper com a lógica capitalista de trabalho e a educação exercida no campo.

A Educação do campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital (Caldart, 2009, p. 38).

O II Eixo Articulador “Escola do Campo e sua práxis” dividimos em dois eixos temáticos: “Pesquisa como Princípio Educativo e o Currículo da Escola Básica do Campo” e “Práxis Docentes na Escola do Campo”. Trabalhamos a educação pela pesquisa na Educação do Campo; as teorias do currículo (tradicional, crítico e pós-crítico); o currículo da Escola do Campo; Projeto Político Pedagógico; Relação Escola-Comunidade; as concepções, identidade e os significados da docência; autonomia e profissionalização docente no contexto camponês; e a prática docente com os diversos tipos de saberes.

O II Eixo Articulador viabilizou a construção de referências próprias que colaboram com a práxis do docente com os saberes do campo, por meio da pesquisa e do currículo contextualizado nessa experiência educativa, dialogando com a realidade local e global, fortalecendo a autonomia docente e a identidade camponesa na região. Contribuí com as escolas do campo enquanto lugar privilegiado de formação, conhecimento e cultura, valores e identidade das crianças, adolescentes, jovens e adultos; e com a formação dos professores/as para que a qualidade social do processo educacional nas escolas do campo possa ser efetivada mediante a intervenção qualificada nesses espaços-tempos formativos (Arroyo, 2010; Arroyo, Caldart & Molina, 2011).

Durante o Tempo Universidade, fizemos o uso da mística durante nossas práticas formativas. Dentro dos planejamentos coletivos feitos pelo Grupo de Pesquisa da Educação do Campo da Universidade Federal do Amazonas, as místicas são pensadas e discutidas como estratégias pedagógicas importantes na formação contínua dos educadores do campo: os vídeos sobre experiências da Educação do Campo na Amazônia, ou de Educação Popular no Brasil, com posterior discussão em roda (Figura 5). Outras vezes, foram trabalhadas atividades coletivas com figuras, e os significados pessoais que elas representavam no contexto da escola que atuam, assim como cantoria de músicas regionais.

Figura 5 - Mística com os professores.



Fonte: Nascimento, 2021

Não é por capricho proselitista ou por excesso de zelo que todas as reuniões, todos os comícios, protestos e ocupações de terras organizados por um dos mais importantes movimentos sociais dos nossos dias - o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil - se iniciam com aquilo a que chamam de “mística”, um momento de silêncio, oração e canto, com os militantes em círculo, de mãos dadas, tornando-se os corpos físicos individuais em um corpo físico coletivo. Em termos históricos, as canções e os cânticos sempre tiveram uma presença muito forte nas lutas de resistência e libertação enquanto forma de ganhar força para se ultrapassar o desespero e coragem para lutar contra opressores intimidantes. (Santos, 2019, p. 95).

Os elementos culturais dos povos camponeses brasileiros, com raízes indígenas, africanas e europeias, de memórias de tempos vividos, sujeitos de luta diária, com histórias que revelam a possibilidade de transformação no espaço onde vivem e trabalham, solidificam compromissos de justiça social e melhoria das condições de vida do homem e da mulher do campo. E, por isso, vão além das chamadas “dinâmicas de grupo”, comuns nas formações contínuas de professores/as das escolas urbanas.

Nessa perspectiva, as místicas constituem-se no ânimo para enfrentar as dificuldades e sustentar a solidariedade entre aqueles que lutam, ajudando a transformar os ambientes e cenários sociais, impulsionando e provocando mudanças por fora e por dentro dos sujeitos (Bogo, 2012).

No Tempo Comunidade, realizamos uma visita pedagógica à área de roçado de mandioca e à casa de farinha, e estabelecemos diálogo com os comunitários no Distrito de Santana, enriquecendo as atividades do Tempo Universidade com os professores cursistas. O único meio de acesso é por via fluvial – com um tempo estimado de 2 horas, num barco de linha, dessa localidade para a sede do município (Figura 6).

Figura 6 - Visita a área de roçado de mandioca (Distrito de Santana).



Fonte: Nascimento, 2021.

As visitas foram atividades que possibilitaram o debate sobre o trabalho pedagógico na escola do campo, nas relações de trabalho e lutas cotidianas dos sujeitos que vivem na realidade das comunidades rurais/camponesas – uma vez que a Educação do Campo não pode abrir mão da ligação necessária com o contexto no qual se desenvolveram os processos educativos (Molina, 2013).

Essas visitas ajudam na construção de um projeto de formação docente que articula a realidade do campo onde os/as professores /as da comunidade atuam e o meio científico. Porém, entendemos que é necessário ir além. Para que essa simbiose aconteça, é preciso “conhecer a centralidade da terra e do território na produção da vida, da cultura, das identidades, da tradição, dos conhecimentos” (Arroyo, 2007, p. 176).

As práticas pedagógicas realizadas nos diferentes espaços-tempos foram pautadas pela formação teórica, prática, em diálogos e reflexões, visando à construção de uma práxis que envolve a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade da própria vivência do sujeito do campo (Borges, 2016). Tais práticas foram desenvolvidas com os/as professores/as do campo do município de São Sebastião do Uatumã nos diferentes espaços-tempos e permitem ampliar os diálogos democráticos com as escolas do campo e as comunidades.

Produções acadêmicas dos/as professores/as cursistas

Os trabalhos em equipe, confecção de cartazes, produções audiovisuais, paródias, dramatização, poesia e música foram estratégias didáticas bastante utilizadas durante o curso do Escola da Terra pelos professores do campo (Figura 7). O mesmo pôde ser notado na elaboração coletiva dos planos de pesquisa do Tempo Comunidade e sua socialização dos relatos das atividades nas escolas das comunidades.

Figura 7 - Produções acadêmicas dos professores cursistas.



Fonte: Nascimento, 2021.

As produções acadêmicas dos cursistas apresentam um reconhecimento sobre São Sebastião do Uatumã com referência aos seus rios, dinâmica da pesca, agricultura familiar camponesa, escola do campo e identidade cultural dos sujeitos. O desenvolvimento dos eixos articuladores e temáticos foi imprescindível para a participação dos professores/as no curso. Também pôde ser notada melhoria nas práticas pedagógicas do corpo docente no que tange à ampliação das metodologias de pesquisa e de ensino articuladas à valorização dos saberes locais, de forma interdisciplinar e transdisciplinar.

As realizações dos seminários integradores foram fundamentais para a socialização das produções e experiências dos/as cursistas construídas no Tempo Comunidade. As Figuras 8 e 9 correspondem à organização e à apresentação das pesquisas no I Seminário Integrador intitulado “Desenvolvimento Sustentável e Agricultura Familiar na/da Escola do Campo em São Sebastião do Uatumã”.

Figura 8 - Pólo Rio Uatumã (Dramatização).



Fonte: Nascimento, 2021

Figura 9 - Pólo Rio Maripá (Curta-metragem).



Fonte: Nascimento, 2021

A proposta do último eixo temático foi a discussão e a elaboração do Projeto Político Pedagógico nas escolas do campo. As atividades finais dos cursistas consistiram na leitura em grupo e na discussão na turma sobre a construção coletiva do PPP da Escola (Tempo Comunidade), elaboração do plano do projeto de ensino ou plano de aula para Tempo Comunidade e para a organização do II Seminário Formativo – com o objetivo de socializar as experiências realizadas na discussão do PPP da Escola do Campo e do projeto de ensino. A apresentação consistiu no esboço do PPP da escola – das que não possuem – e na revisitação dos PPP já existentes. Também foi apresentado o Plano Interdisciplinar, ou projeto, pelos cursistas.

Reforçamos que a pandemia da covid-19 não permitiu reunião nas escolas com as famílias para a construção do PPP – o ano letivo do município de São Sebastião aconteceu de forma remota. Por isso, as produções dos/as professores/as cursistas foram apenas simulação de como deve ser a construção do PPP nas escolas do campo.

Na construção dos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas do Campo, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, é preciso que haja interação entre a escola, a família, a comunidade e o meio socioprofissional dos educandos(as), pois o ensino exige certas condições de aprendizagem intimamente ligadas à realidade da vida no campo.

Fernandes, Cerioli e Caldart (1998) reiteram que o projeto político pedagógico das escolas do campo precisa se vincular às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo, contribuindo “para uma educação no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz” (idem, 1998, p. 29).

Contudo, ressaltamos que as produções acadêmicas dos/as cursistas se revelaram ricas e férteis: abordando situações-problemas de suas comunidades, potencializando o diálogo com a pesquisa e a interdisciplinaridade e permitindo uma construção dialógica entre os sujeitos do campo e da sua realidade.

Considerações finais

Em um cenário de profunda crise política, econômica e estrutural, agravada pela crise sanitária da pandemia de Covid-19 e do desmonte das políticas educacionais, as universidades públicas da região Norte do Brasil tornaram-se fundamentais para a educação da classe trabalhadora e de seus filhos.

Na Educação da classe trabalhadora camponesa no Amazonas, a UFAM, por meio das ações do Programa Escola da Terra, vem promovendo e contribuindo com a formação contínua de professores/as que estão atuando nas escolas do campo desde 2014. Mesmo com os desafios impostos pela crise pandêmica, obedecemos a todos os protocolos de biossegurança da UFAM, realizando atividades formativas, por acreditar que a luta por uma Educação do Campo é fundamental para a garantia do direito à educação e à emancipação dos povos camponeses nas suas diversidades.

As atividades formativas possibilitaram a discussão e o debate sobre o Trabalho e Educação do Campo, no contexto amazônico, a partir da compreensão da história da evolução dos sistemas agrícolas e história das populações tradicionais da Amazônia. Da mesma forma foram pontuados: agricultura familiar, agroecologia e alfabetização ecológica; desenvolvimento sustentável e fundamentos da economia solidária; cultura, subjetividade e identidade no campo; pesquisa como princípio educativo e o currículo da escola básica do campo.

Constatamos que, nas atividades formativas e nas produções acadêmicas dos cursistas há sistematização das experiências desenvolvidas no Tempo Universidade e Tempo Comunidade. Isso permitiu reflexões e aproximações entre o estudo teórico e as vivências dos/as professores/as cursistas que atuam em escolas do campo do município de São Sebastião do Uatumã, possibilitando os mesmos a se reconhecerem como sujeitos dos processos formativos. Da mesma forma que rompe com a lógica tradicional divergente do paradigma urbanocêntrico, pois envolveu troca de diferentes saberes, tempos e espaços próprios.

Agradecimentos

Ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Referências

Antunes-Rocha, M. I., & Hage, S. M. (Org.). (2010). *Escola de direito: reinventando a escola multisseriada*. Belo Horizonte: Autêntica.

Arroyo, M. G. (2007). Políticas de formação de educadores(as) do campo. *Cadernos CEDES*, 27(72), 157-176. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622007000200004>

Arroyo, M. G. (2010). Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. *Educação & Sociedade*, 31(113), 1075-1432. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400017>

Arroyo, M. G., Caldart, R. S., & Molina, M. C. (Orgs.). (2011). *Por uma educação do campo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Arroyo, M. G. (2012). Formação de Educadores do Campo. In Caldart, R. S. et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 361-367). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

Bogo, A. (2012). Mística. In Caldart, R. S. et al. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 475-479). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

Borges, H. S., & Mourão, A. R. B. (2016). *Trabalho e Educação do/no Campo: Agricultura familiar, agroecologia e alfabetização ecológica*. Manaus. FUA.

Borges, H. S., & Souza, E. S. (2021). Os movimentos sociais na construção das políticas de formação de educadores/as do campo. *Revista Da FAEBA - Educação E Contemporaneidade*, 30(61), 68-84. <https://doi.org/10.21879/faeaba2358-0194.2021.v30.n61.p68-84>

Brasil. (2010). Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Baixo Amazonas - AM*. Brasília: MDA, 2010. Recuperado de: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio017.pdf

Brasil (2013a). Ministério da Educação (MEC). *Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013*. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. Brasília, DF, 2013. Recuperado de: http://www.lex.com.br/legis_24140877_PORTARIA_N_86_DE_1_DE_FEVEREIRO_DE_2013.aspx.

Brasil (2013b). Ministério da Educação (MEC). *Portaria nº 579, de 2 de julho de 2013*. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Publicado em: 03/07/2013|Edição:126|Seção: 1|Página:11. Recuperado de: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30695064

Caldart, R. S. (2008). Sobre educação do campo. In Santos, C. A. (Org.). *Educação do Campo. Campo – Políticas Públicas – Educação* (s./p.). Brasília: INCRA.

Caldart, R. S. (2009). Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Trab. Educ. Saúde*, 7(1), 35-64. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>

Fernandes, B. M., Cerioli, P. R., & Caldart, R. S. (1998). *Por uma educação básica do Campo*. Texto-Base da Conferência Nacional. Brasília, DF: Ed. UnB.

Fernandes, B. M. (2012). Território camponês. In Caldart, R. S. et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 746-749). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

Hage, S. M., Silva, H. D. S. D., & Freitas, M. N. M. (2021). Escola pública do campo no contexto das políticas educacionais: desafios às práticas formativas do Programa Escola Da Terra no Brasil e na Amazônia Paraense. *Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade*, 30(61), 299-314. <https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2021.v30.n61.p299-314>

IBGE. (2022). *Censo Demográfico*. Séries Históricas e Estatísticas. Brasília. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/sao-sebastiao-do-uatuma/panorama>. Acesso em 10 jan. 2022.

Molina, M. C. (2013). Possibilidade e limites de transformação da escola do campo: reflexões sucintas Pela licenciatura em educação do campo – UFGM. In Martins, A. A., & Antunes-Rocha, M. I. (Org.). *Educação do campo: Desafios para a formação de professores* (pp. 185-199). Editora: Autentica.

Mourão, A. R. B., Costa, E. F., & Pimenta, A. C. T. (2020). O Projeto Escola da Terra e as Proposições da Pedagogia Histórico-Crítica na Educação do Campo Boa-Vistense (AM). *Imagens Da Educação*, 10(3), 64-79. <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v10i3.48421>

Piatti, C. B., & Oliveira, J. R. R. (2019). Formação de professores em tempos e espaços alternados: Tempos sincronizadores de aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 4, e7315. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e7315>

Santos, B. S. (2019). *O Fim do Império Cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Santos, R. B., Estevam, S. P., & Macedo, P. C. S. (2021). Desafios da formação docente no Programa Escola Da Terra: análise da experiência na UFRRJ. *Revista Da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade*, 30(61), 283-298. <https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2021.v30.n61.p283-298>

Soares, M. V., & Souza, J. C. R. (2017). *Transporte Fluvial: Estreitamento as distâncias econômicas e sociais entre Mocambo do Arari e cidade de Parintins/AM*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade do Estado do Amazonas, Manaus. Recuperado de: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/699>

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 27/01/2022
Aprovado em: 06/04/2022
Publicado em: 28/05/2022

Received on January 27th, 2022
Accepted on April 06th, 2022
Published on May, 28th, 2022

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Funding

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Nascimento, G. R., Souza, E. S., & Borges, H. S. (2022). Escola da Terra no município de São Sebastião do Uatumã/AM: desafios na pandemia de Covid-19. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 7, e13836. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13836>

ABNT

NASCIMENTO, G. R.; SOUZA, E. S.; BORGES, H. S. Escola da Terra no município de São Sebastião do Uatumã/AM: desafios na pandemia de Covid-19. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 7, e13836, 2022. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13836>